

IN MEMORIAM DE VIEIRA DE ALMEIDA

O artigo que o Dr. José Pecegueiro publica noutro lugar de *O TEMPO E O MODO*, sobre o artigo por mim publicado com o mesmo título, tem um aspecto de valor que vale a pena realçar: chama de novo a atenção do público para o nome do Prof. Vieira de Almeida. Através desse artigo, o público ficará a saber, pelo menos, que existe em Portugal um pensador de nome Vieira de Almeida, cuja obra, em alguns passos, é de interpretação controversa.

Através desse artigo, o pensamento daquele difícil autor não resulta mais claro, nenhuma luz a mais temos para o compreender, nenhuma passagem foi interpretada com êxito até agora não conseguido: mas há pelo menos que assinalar a presença de mais um leitor de Vieira de Almeida e um leitor entusiasmado. Seria portanto desejável que esse entusiasmo fosse comunicado, que um grande número de leitores de filosofia discordasse da minha visão da filosofia da linguagem. Tínhamos logrado os nossos fins: eu com o meu artigo e o Dr. José Pecegueiro com o seu.

No artigo que o Dr. José Pecegueiro escreveu, sobre a minha atitude filosófica ante o pensamento de Vieira de Almeida, podem-se distinguir três espécies de afirmações: a) — algumas afirmações sobre o valor da ciência e da filosofia; b) — algumas afirmações incivilizadas (e pouco correntes em discussões filosóficas) sobre as minhas aptidões e a minha cultura; c) — algumas afirmações sobre a minha interpretação do pensamento do Prof. Vieira de Almeida.

As primeiras são as de menor número. Têm com certeza interesse, resultam de sentimentos muito louváveis e é o ponto em que, por outros motivos e exprimindo-me com certeza doutra maneira, estou de acordo com o Dr. José Pecegueiro. As segundas são as de maior número. Tiram ao artigo o que ele talvez pudesse ter de isento, de sincero interesse pela filosofia e fazem com que não estejamos diante de duas pessoas interessadas nas mesmas coisas com opiniões diferentes, mas de dois homens com hábitos sociais distintos. Em filosofia, penso, não se deve argumen-

tar com expressões jocosas, pejorativas ou até insultuosas. Um argumento conclusivo encontra em si mesmo a dúnamis necessária para se fazer aceitar. Nestes termos, e independentemente do facto de saber se o Dr. Pecegueiro tem ou não razão quando escreve a meu respeito coisas deselegantes, o artigo em questão escapa a algumas das características básicas dum escrito filosófico: a impessoalidade, a objectividade e a isenção.

As terceiras ocupam a parte central do artigo e vale a pena analisá-las. Em primeiro lugar, porque uma pessoa que pensa deve estar sempre disposta a explicar uma vez mais aquilo que escreve, sem fazer acepção de pessoas. Em segundo lugar, porque a linha de argumentação do Dr. José Pecegueiro, embora não se referindo directamente à linha de argumentação que eu mantinha no meu artigo, decorre em parte de equívocos, em parte de preconceitos e sobretudo duma atitude anti-científica ante o meu texto. E tudo isso vale a pena esclarecer.

A atitude anti-científica consiste no facto de, ante o meu texto, o Dr. José Pecegueiro não aduzir argumentos válidos em contrário, mas antes invocar sentimentos (alguns dos quais eu também partilho). A terceira classe de afirmações é determinada pela segunda. E assim o Dr. José Pecegueiro não analisa o que eu escrevi mas os sentimentos que julga que eu tenho em relação ao Prof. Vieira de Almeida. Não julguei necessário escrever no meu artigo a opinião que tinha e tenho do excepcional valor do Prof. Vieira de Almeida, do seu significado na vida universitária portuguesa, das suas qualidades de homem, de humanista, de filósofo, da sua figura moral. Não é de resto uma prática corrente em filosofia. Neste artigo, aliás, não fiz mais do que desenvolver argumentos que já tinham sido expostos ao Prof. Vieira de Almeida, quando o livro se publicou, e a sua reacção não foi a do Dr. José Pecegueiro. E nessa altura eu estava diante dum pensador.

Um último ponto valia a pena esclarecer: a filosofia não faz acepção de pessoas. As objecções, venham donde vierem, são objecções que necessitam esclarecimento. São dúvidas que esperam mais certeza. Não temos que saber se o interlocutor tem ou não qualidade. Temos que o satisfazer, respondendo. Parménides discute com um Sócrates jovem a quem ouve e responde com atenção e zelo. Não temos que ditar o comportamento cultural e filosófico dos outros. Temos antes que cuidar cada vez mais do nosso apetrechamento cultural, da nossa generosidade, da nossa paixão pelos problemas.

1 — A introdução do artigo do Dr. José Pecegueiro contém a axiomática da sua argumentação futura. Nela se refere ao meu artigo como «repositório de incongruências» e louva a direcção de O TEMPO E O

MODO pela publicação dum fragmento dos Paradoxos Sociológicos. Esse fragmento mostra, diz o Dr. José Pecegueiro «que se trata de um dos mais extraordinários pensadores portugueses».

A ideia em vista é que o meu artigo conteria afirmações sobre o Prof. Vieira de Almeida que induziriam os leitores da revista a pensar que o Prof. Vieira de Almeida não era um dos mais extraordinários pensadores portugueses.

Ao longo do meu artigo não são de todo produzidas afirmações que permitam essa interpretação. Trata-se muito simplesmente dum processo sem culpa formada. O Dr. José Pecegueiro determinou que eu pretendia demolir o nome, o prestígio e o pensamento de Vieira de Almeida. Atribui-me assim uma intenção que eu não tive e pretendeu deslocar e desvirtuar o sentido e a intenção do meu artigo preenchendo-o com sentimentos que eu não tenho nem nunca tive.

Nada disso aliás teria sucedido se o Dr. José Pecegueiro realizasse suficientemente a importância que está a tomar em filosofia o problema da «intenção» e se levasse em linha de conta, por exemplo, o § 4 do livro de G. E. M. Anscombe sobre a análise lógica da «intenção». Aí vemos: «Now it can easily seem that in general the question what a man's intentions are is only authoritatively settled by him. One reason for this is that in general we are interested, not just in a man's intention of doing what he does, but in his intention in doing it, and this can very often not be seen from seeing what he does. Another is that in general the question whether he intends to do what he does just does not arise (because the answer is obvious); while if it does arise, it is rather often settled by asking him. And, finally, a man can form an intention which he then does nothing to carry out, either because he is prevented or because he changes his mind: but the intention itself can be complete although it remains a purely interior thing» (pág. 9, Oxford Basil Blackwell) ¹.

¹ «...análogamente se reconhece que o problema de saber o que são as intenções de uma pessoa, só pode ser autenticamente (*de autos-próprio*) posto pela própria pessoa. Um dos motivos é que, de uma maneira geral, estamos interessados não exactamente nas intenções de alguém *em* fazer o que faz, mas na sua intenção *ao* fazê-lo, o que, muitas vezes, não pode ser visto olhando apenas para aquilo que a pessoa faz. Outro motivo ainda é que, de uma maneira geral, também, nunca é levantada a questão de saber se alguém pretende fazer aquilo que está a fazer (porque a resposta é óbvia); e então, se a questão não surge, pode-lhe ser colocada muitas vezes sob a forma de pergunta. E, finalmente, uma pessoa pode ter uma intenção, mas não fazer nada para a explicitar, quer porque existe um impedimento, quer porque muda de atitude: mas a própria intenção pode permanecer intacta, embora seja algo de puramente interior».

A restante parte da introdução é preenchida por afirmações do tipo b) e portanto sem interesse para a discussão.

2 — *A primeira parte da argumentação contém um problema levantado pelo Dr. José Pecegueiro e que já teve algum interesse: as presunhíveis diferenças entre Aspectos de Filosofia da Linguagem e Aspectos da Filosofia da Linguagem. O Dr. José Pecegueiro pergunta se eu não sei qual é a diferença e depois responde-me «a diferença é realmente capital». Já conhecia a diferença antes desta resposta e pouco mais há a dizer que a distinção, depois de 1945, deixou de ter interesse. Embora os leitores de O TEMPO E O MODO não tenham ficado a saber a diferença pela resposta que nos é dada, vale a pena dizer que, depois da Segunda Guerra, a obra de autores como Ryle, Austin, Geach, Anscombe, Flew, Strawson, Urmson fez com que a primitiva Filosofia da Linguagem fosse alargada. Deve evidentemente salientar-se o nome de Ludwig Wittgenstein, cuja obra marca exactamente o new deal da filosofia da linguagem.*

Há ainda na mesma parte o pseudo-problema do neo-positivismo do Prof. Vieira de Almeida. Eu escrevi «fora dos quadros do neo-positivismo não há qualquer analogia com as correntes dominantes do nosso tempo». Escrevi analogia: e queria com isso dizer que, em filosofia da linguagem, só o Círculo de Viena fornece um padrão de filosofia da linguagem análogo ao de Vieira de Almeida. É por isso que uma expressão como «o abuso de considerar neo-positivista a posição de Vieira de Almeida» não tem qualquer sentido quando aplicada ao que escrevi. Convinha ver a distância entre analogia e realidade.

3 — *Teria confundido a certa altura do meu artigo «imóvel com mutável desconhecendo o valor dos prefixos». Então o Dr. José Pecegueiro ensina-nos e muito bem «além de que imóvel é antónimamente simétrico de móvel e imutável de mutável». Estou de acordo com os antónimos que apresenta mas parece não ter sido compreendido o que escrevi. Num momento em que já conhecia esses e outros antónimos da língua portuguesa tentei esclarecer uma «imagem» do Prof. Vieira de Almeida. Escrevi nessa altura «Por imobilidade da língua ou da linguagem pretende-se exprimir aquilo a que se chama noutros lugares o seu carácter não absoluto, mutável, variante. Conjunto de variáveis que se vão transformando em constantes a partir do pensamento e da vida. Mas como estes também não são imutáveis parece portanto afirmar-se um jogo recíproco de influências e acções confinantes».*

Foi isto que o Dr. José Pecegueiro não procurou ler. Não tentou reparar na semântica de «exprimir». De resto o infundado da sua crítica

é reconhecido mais tarde. Escreve «Entende-se o que diz mas não diz o que se entende». Ora isto é o tipo de afirmações que não escrevem as pessoas versadas em filosofia da linguagem. Surpreende-me portanto encontrar uma afirmação dessas no artigo do Dr. José Pecegueiro. O sentido duma P não é um processo oculto, não está para lá do que se escreve. E aqui era preciso trazer o já clássico ensaio de Frege Über Sinn und Bedeutung, o artigo de Ryle On Arguments e quase os 600 § das Investigações Filosóficas de Wittgenstein. Mas não vale a pena insistir neste ponto. Aliquando dormitat bonus Homerus. Todas as pessoas têm os seus lapsos.

4 — A normativização da lógica de Aristóteles: nesse passo surgem «grande número de equívocos e desconhecimento da obra de Vieira de Almeida». Mais tarde é ainda castigada a minha afirmação de que «Vieira de Almeida considera a lógica de Aristóteles essencialmente normativa».

Não escrevi essa expressão no meu artigo nem nunca a escreveria. Nunca diria «essencialmente» a propósito disso. Sei o que significa «essencialmente» e sei como usar essa expressão. Isto é: conheço a lógica de «essencialmente». E Vieira de Almeida também a conhecia.

Os períodos do meu artigo sobre o Organon são encimados pela seguinte expressão «Mas o paralelo não deixa de se prestar a algumas reflexões». E a partir desse ponto algumas observações são feitas sobre o destino histórico do Organon e sobre a vantagem, cada dia mais premente, de se entrar sempre em linha de conta com a análise de Lukasiewicz da Silogística de Aristóteles. Podia ter acrescentado a obra de J. P. Anton sobre a Teoria da Contrariedade em Aristóteles e o recente estudo de Peter Geach sobre o Cálculo Proposicional do Organon. Se essa vantagem era premente vejo agora, através da falsa leitura do meu texto, que passa a ser urgente.

5 — Não se vê a ironia da pergunta «e o que é gritar sem gramática?» Sobre a ironia não há mais do que reportar o Dr. José Pecegueiro para a citação de G. E. M. Anscombe feita acima. É uma intenção que me atribui e que eu não tenho e sobre a qual é inútil discutir.

Aliás toda a análise que faz dos meus argumentos é neste ponto particularmente irrelevante. Para se entender o que escrevi torna-se necessário ter presente o ensaio de Flew Philosophy and Language e o precioso texto de Ryle Systematic Misleading Expressions. É preciso conhecer o significado que «gramática» tem no vocabulário filosófico e lógico actual. Isso feito e entende-se as minhas palavras a outra luz e não se distingue tão ligeiramente 'gritar com' e 'gritar de acordo com'.

«As considerações são desapropriadas, deselegantes e de lamen-

tável mau gosto» diz o Dr. José Pecegueiro. E diz mal. Não estamos de novo diante de qualquer argumento mas de adjectivos.

Este e outros pontos do meu artigo não se relacionam com adjectivos. Têm a maior parte das vezes um significado específico, dado num vocabulário que se tornou técnico. Torna-se necessário discuti-los com a mesma técnica e trazer novos e melhores argumentos.

6 — Centro de interesse e domínio lógico: também aqui, como em todos os outros passos, não entendi o que Vieira de Almeida escreveu, diz o Dr. José Pecegueiro. E então oferece-nos as adequadas definições de centro de interesse e domínio lógico. Elas não são satisfatórias, no entanto. No caso da expressão que se analisa, «interesse» aparece com a seguinte definição «a intenção de dar a conhecer o interesse de vendê-los» (os livros). O «centro de interesse» é o «desejo» de realizar a sua venda. As definições são circulares: tudo fica por esclarecer. O que interessa saber é o que são exactamente a «intenção» e o «desejo» e explicitar o seu significado lógico. Já no séc. XV Occam e Duns Scotto se insurgiram contra essas definições. Não vale a pena insistir. De resto, felizmente, o pensamento do Prof. Vieira de Almeida fica intacto.

Releia-se, pois, o que escrevi e entenda-se «Domínio é calão lógico, centro de interesse pertence ao vocabulário da velha psicologia e da linguagem corrente. Mas o facto é que nem o vocabulário mais cuidado nem a formalização mais estrita conseguem alterar o «universo dos referidos». As operações aritméticas têm o mesmo funcionamento e os mesmos resultados nas contagens dos primitivos e nos sistemas dos matemáticos. É aliás justa a intenção que preside à abolição do sujeito gramatical mas não parece ter sido conseguida com um argumento conclusivo. É bastante mais feliz e pertinente o passo seguinte. Refere-se às relações lógicas elementares onde expressões do tipo $x = y$ e $x \rightarrow y$ apresentam completa inexistência de sujeito. No primeiro exemplo a simetria da relação e no segundo a convertibilidade da implicação fazem com que o sujeito se dissolva.» O desenvolvimento deste tema encontra-se magistralmente tratado em *The Concept of Mind* de G. Ryle, cap. VI, pág. 155.

7 — A última parte do artigo só contém expressões do tipo b) e por isso não vale a pena analisá-las. Aí se diz entre outras coisas «A parte final do artigo denuncia com relevância inequívoca a raiz dos dislates». É pena não se explicitar mais e não chegarmos a saber o próprio nome da raiz.

Outra expressão curiosa é «manifesto preconceito em relação à filosofia». Também não está justificada.

Está justificada sim (e antes não estivesse) a afirmação «não podemos desdenhar da filosofia» e a justificação é «porque dela não desdenham os maiores espíritos do nosso tempo». Citam-se a seguir algumas frases célebres sobre o valor da filosofia e da ciência até à do biógrafo de Einstein que diz que Einstein «era um grande físico e um grande filósofo». O conjunto é finalmente estilizado com a imagem das crianças.

Não valendo a pena comentar nada disto, importa no entanto dizer o seguinte: nenhum passo da minha argumentação foi abordado ou atingido pelo artigo do Dr. José Pecegueiro. E isto não tem que ver com a verdade ou a falsidade das afirmações que produzo no meu artigo. As críticas que o Dr. José Pecegueiro me faz são excêntricas, passam ao lado, não se referem à filosofia da linguagem. O Dr. José Pecegueiro não fez mais do que uma certa forma de crítica externa, inútil em filosofia. Nestes termos as suas afirmações de tipo c) podem ainda classificar-se da maneira seguinte: 1 — afirmações que resultam duma leitura defeituosa do meu artigo; 2 — afirmações que resultam da leitura defeituosa da bibliografia sobre o assunto; 3 — afirmações demasiado vulgares e correntes sobre um ou outro ponto de filosofia.

Resta acrescentar o seguinte: qualquer produto do pensamento humano só tem valor quando é refutável. O pensamento de Vieira de Almeida, se fosse irrefutável, não tinha sentido como produto filosófico. E neste sentido, refutar um filósofo é fazer o seu elogio.

Vejo também que não vale a pena tentar convencer o Dr. José Pecegueiro do meu interesse pela filosofia, pela ciência e pelos «grandes espíritos» do nosso e doutros tempos. Ele não acreditará. Ficarei sempre a confundir a Filosofia com a Metafísica, a afirmar sempre o crime do neo-positivismo, o que também não deixa de ser uma caracterização curiosa do meu pensamento.

.

.

.

Nunca duvidarei da intenção do Dr. José Pecegueiro em salvar o nome do Prof. Vieira de Almeida. Era mesmo isso o que eu mais apreciaria, se fosse apenas isso o que se tivesse feito. Mas de momento a tarefa é inútil. Não houve ataque não há lugar a defesa. Sempre que o Prof. Vieira de Almeida seja atacado, estaremos do mesmo lado, mas com outros meios, outros argumentos e outras leituras. Desta vez houve apenas um falso alarme.

A continuação desta discussão, que assenta em pressupostos falsos, só pode ser inútil. Ressalve-se no entanto o facto de ter contribuído para

se voltar a falar no nome de Vieira de Almeida e o possível interesse que isso possa vir a ter para uma maior procura da sua obra.

Infelizmente, não estou grato ao Dr. José Pecegueiro pelas observações que fez ao meu artigo, como gostaria de estar. Nem a forma nem o fundo o tornam aceitáveis.

Copio mais uma vez Wittgenstein: «Dieses Buch wird vielleicht nur verstehen, der die Gedanken, die darin ausgedrueckt sind-oder aehnliche Gedanken-schon gedacht hat.»²

Escrevi este artigo em primeira análise para corrigir a defeituosa topografia que o Dr. José Pecegueiro inventou para o meu artigo. Mas a minha finalidade última estaria atingida se conseguisse que os leitores de O TEMPO E O MODO tirassem disto as conclusões seguintes:

- 1 — A admiração que todos temos e devemos ter por Vieira de Almeida ou por qualquer outro pensador, não nos deve levar a ter as mesmas opiniões só porque o grande pensador as tem, seja o domínio a filosofia, a história, a música, a equitação ou o bridge;
- 2 — Quando fazemos filosofia devemos esquecer Camilo Castelo Branco.

M. S. LOURENÇO

² «Talvez que este livro só possa ser entendido por alguém que já tenha pensado os pensamentos que nele se exprimem ou pensamentos análogos».